



FATOS QUE MARCARAM O MUNDO EM 2017 E OS REFLEXOS PARA 2018

BERNARDO PIRES DE LIMA
POR FERNANDA PUGLIERO

Uma volta ao mundo em uma hora e meia. É assim que pode ser resumida a conversa com o pesquisador e analista de Política Internacional Bernardo Pires de Lima. O português recebeu a reportagem do Correio do Povo, em Lisboa, para fazer uma retrospectiva dos fatos políticos e econômicos que marcaram 2017. Apesar da pauta, o foco da conversa acabou sendo o ano que se inicia na segunda-feira. Ele traçou o cenário do que pode acontecer em 2018, falou dos riscos que a Europa atravessa em um ano que pode ser decisivo para a União Europeia, do perigo da ascensão de regimes nacionalistas, comparou a política norte-americana à brasileira e tratou de China, Rússia e Coreia do Norte.

O que está para acontecer na União Europeia, nos primeiros meses?

Haverá eleições na Itália e na Rússia. As da Rússia são presidenciais, acontecem em março e têm grande impacto, pois será uma legitimação da ação externa de um presidente sem rival. Aliás, o grande rival, Alexei Navalny, teve a candidatura ilegalizada essa semana. Portanto, há uma legitimidade forçada do presidente que tem uma política externa agressiva, revisionista e unilateral. Isso vale para a Ucrânia e para a rede partidária que ele apoia na Europa, sobretudo de extrema-direita. Se Vladimir Putin vencer, será quase uma espécie de regresso ao czarismo por outros meios. Associada à eleição, há a organização da Copa do Mundo em junho e julho. Todos os eventos esportivos de grande dimensão, na última década, têm sido entregues a países que pertencem ao Brics. Já houve evento na China, Brasil, África do Sul, Rússia e veremos ainda na Índia. Isso, associado às derrapagens orçamentais e à essa dinâmica na qual os regimes expõem o seu prestígio internacional através desses eventos, fazem deles um prolongamento de uma ficção, a volta do seu estatuto. Isso foi evidente no caso brasileiro, em que a situação era de declínio político e geopolítico e o evento mascarou para o exterior o que acontecia no interior.

E as eleições italianas?

A Itália vive em uma espécie de congelamento de um problema sistêmico que a União Europeia pode não vir a ter capacidade para gerir. Primeiro porque tem um problema bancário muito grande. Um problema de dívida gigantesco. E, depois, tem esfriamento econômico, não consegue ter ritmo equiparado à Espanha ou à Alemanha, mesmo sendo a terceira economia da zona Euro. O problema bancário pode ser exponenciado ou acelerado pelo problema político, que reside no fato do Movimento 5 Estrelas poder ganhar as eleições. Esse movimento é anti-União Europeia, antieuro e todas as sondagens dão a vitória deles como certa. E aí o problema é que isso pode ocorrer não na Grécia, no Chipre ou em Portugal, mas na terceira maior economia da zona Euro. Se acontecer, o sistema bancário pode apanhar por tabela e haver corrida aos saques ou pânico generalizado no sistema financeiro. As empresas podem se deslocalizar, porque o risco político tem implicação econômica grande. É diferente falar daquilo que aconteceu na Grécia, cuja economia conta 3% para a zona Euro. A Itália corresponde a 18%.

Como a União Europeia está se preparando para esse cenário?

A União Europeia ainda não tem mecanismos nem instrumentos para uma situa-

ção como pode acontecer na Itália. O que ocorrer na Rússia tem uma implicação também externa porque a Rússia financia uma série de partidos de extrema-direita europeus e o momento é de clivagem entre o nacionalismo e o cosmopolitismo. Portanto, legitimar Putin é legitimar aquilo que está fazendo também no quadro partidário de vários países, sobretudo na França, com a Frente Nacional. E, depois, o fato de não haver reformas na zona do euro pode fazer acumular essa crise, que é maior que a crise grega. Quando falo de reformas, falo de um entendimento entre França e Alemanha. Como ainda não há governo formado na Alemanha e as propostas do presidente francês ainda não foram aceitas, nós estamos em um período de congelamento. Para além disso, como não há essas decisões, ainda temos a situação espanhola. A situação da Catalunha pode ser um foco de instabilidade na economia espanhola.

Sobre o Brexit, há alguma possibilidade de reversão se o Reino Unido quiser voltar à União Europeia?

A única coisa que pode acontecer é os termos finais do acordo que é apresentado ao parlamento inglês não serem aprovados. Mas, se ao fim de dois anos não houver aprovação, e é preciso que seja em todos os parlamentos dos que compõem a UE, o governo inglês pode pedir extensão

do acordo, que também precisa ser aprovado. Não havendo acordo, o Reino Unido fica numa zona de ninguém, sem regras comerciais. Automaticamente, os direitos do Reino Unido como estado-membro da UE cessam. Portanto, eles jogam contra o tempo. Nessa relação Reino Unido e União Europeia, quem tem mais claramente a perder é o Reino Unido, porque não tem alternativas. O que eles querem é ter um modelo do tipo norueguês, em que, mesmo não sendo membro da União Europeia, tenham acesso às regras do Mercado Único. São as melhores regras comerciais do mundo. Só que a Noruega paga para o orçamento comunitário e o Reino Unido não quer pagar. Querem tudo de bom que a UE oferece, mas não querem pagar por isso. E isso não é aceitável, portanto vai ter que ceder. E a verdade é que, quando o Reino Unido fez o referendo em 2016, eles eram a economia do G7 que mais estava a crescer. Um ano depois, é a economia do G7 que menos cresce. As decisões políticas têm uma implicação econômica brutal. Um dos raciocínios que se faz pouco é exatamente esse, a ligação dos riscos políticos associados à economia real. A Catalunha é, por exemplo, outro caso desses, onde as empresas estão a reagir a fatos políticos. As pessoas fogem da instabilidade política, da insegurança e do pânico bancário. Se não há confiança no sistema bancário, não há economia.

Esse cenário me fez lembrar o Brasil...

Exatamente. E são nesses momentos de vulnerabilidade que entram, como ocorreu em Portugal, espanhóis e chineses na economia. Aqui eles aproveitaram o momento de crise para comprar grandes empresas portuguesas. Momentos de vulnerabilidade econômica são momentos de vulnerabilidade política e vice-versa. Isso depois tem um preço, pois os países ficam dependentes de decisões que se tomam em outros lugares, em Madrid ou em Pequim, pelo comitê central do Partido Comunista chinês. Tudo isso tem muitas ramificações geopolíticas. Declarar a bancarrota tem uma consequência política muito grave. É uma ou duas gerações que ficam dependentes de decisões alheias, que podem ser da União Europeia ou da Comissão Europeia, mas isso é consciente, pois nós delegamos em Bruxelas um conjunto de políticas comuns. Outra coisa, pela nossa vulnerabilidade, é nós estarmos a vender barato e a entregar os bens do Estado. Isso aconteceu com a eletricidade portuguesa, com a gestão portuária. Isso tem implicações, inclusive porque são concessões muito longas, de 50 anos.

O governo brasileiro está trilhando esse caminho. Há, inclusive, parcela da sociedade brasileira que defende as privatizações. Como você vê isso?

Privatizar é bom, em princípio, mas há áreas estratégicas de um país que não devem ser privatizadas, como água e eletricidade. Algumas partes dos aeroportos até podem ser, mas acredito que o Estado tenha que ter uma dimensão física e preponderante. Agora, uma coisa é privatizar quando se está em baixa financeiramente. Outra coisa é se estar saudável economicamente e ter uma política ideológica de privatização de empresas que já não faz sentido o Estado deter a maioria do capital. Aquilo que acontece normalmente é que os países privatizam setores estratégicos quando estão em situação vulnerável e vendem muito barato. E quem tem dinheiro fresco? A China. Os Estados Unidos não vão às privatizações porque não têm essa dimensão internacional e vivem muito o mercado interno deles. E os chineses, por trás do cheque, trazem um propósito político. Mais ou menos dia, um quadro de privatização acaba tendo um condicionamento político. Se algum país europeu quiser participar de uma privatização chinesa, não pode. Mas eles podem vir aqui e comprar empresas com regras absolutamente livres. Deveria haver um acordo recíproco entre União Europeia e China, com as mesmas regras para um lado e para o outro. E isso não existe.

E por que isso não existe ainda?

Não existe porque os chineses vivem, como qualquer grande potência, como os Estados Unidos, da vulnerabilidade. Estados Unidos e a China querem que não haja acordo entre todos (referindo-se aos países europeus) para fragilizar o espaço comum. Portanto, atuam, sobretudo em países menores, como a Grécia, Portugal e Hungria. A Alemanha, por exemplo, não vai privatizar sua distribuição de rede elétrica e entregar aos chineses como nós portugueses fizemos. Isso não está no programa. Uma coisa é investir, comprar imóveis. É diferente abrir uma privatização e ceder parte do capital a uma empresa de um país democrático como França, Alemanha e Estados Unidos e para uma empresa, que não é privada, que tem por trás uma máquina de controle comunista e, portanto, todas as decisões, depois, têm componente político e de condicionamento. Eles vêm com o charme, o cheque e, dez anos mais tarde, com o condicionamento. Desses três C's (charme, cheque e condicionamento), Portugal, até agora, só viu os dois primeiros. Ainda estamos à espera do terceiro.

“A apreciação que se tem aqui sobre o Brasil, e certamente Portugal é o país que mais acompanha a política brasileira na Europa toda, é que independentemente de quem for eleito presidente do país no próximo ano, é difícil salvar o sistema. Mesmo que seja uma pessoa completamente limpa, transparente, com enorme credibilidade, o sistema está tão minado, os partidos estão tão podres, o sistema de corrupção é tão sistêmico, que é difícil.”

E sobre os Estados Unidos, qual a avaliação de quase primeiro ano de governo de Donald Trump?

Até agora ele não fez nada de diferente dos outros presidentes norte-americanos. Os Estados Unidos são protecionistas, independentemente da administração. Há administração com narrativa mais agressiva. Essa é extremada. Muitas das bandeiras do presidente Trump, que depois foram anunciadas por ordem executivas da Casa Branca, não passaram disso, porque o Congresso dos Estados Unidos tem um papel muito importante na aprovação de legislações e, sobretudo, de libertação de fundos para acompanhar a legislação. E o Congresso não acompanhou uma série delas, como o Obamacare ou situações sobre imigração. Não há base homogênea de acompanhamento das decisões do presidente mesmo na base republicana. E, portanto, primeiro, muita legislação não passou do papel. A legislação mais importante do ano foi a reforma fiscal. Portanto, estamos a ver o dinamismo econômico que se cria e vamos ver o aumento do *gap* entre os mais ricos e os mais pobres. Apesar de já ter passado quase 11 meses de mandato, ainda é cedo para fazer algumas conclusões sobre essa administração. O presidente, como é um disparatado em termos de comunicação, sem filtros e diz o que lhe vem à cabeça, gera muita incerteza por isso. Mas, depois, na prática, o que se vê é mais investimento militar na Europa, sobretudo no Leste e nos Bálticos, e depois um compromisso para investir, por exemplo, nas forças armadas da Ucrânia. Isso não é um recuo por parte dos Estados Unidos, eles realmente estão a investir mais. E, portanto, a comunicação do presidente destoa um pouco da prática. E comunicação é fazer política.

Por que ocorrem essas discrepâncias entre o que Trump diz e o que o governo norte-americano faz?

Um dos pontos de vista errados em relação aos Estados Unidos, especialmente aqui na Europa, é achar que o poder reside todo no presidente e que só porque ele tem os códigos da bomba atômica é que manda no sistema. Não é bem assim. O presidente é apenas um elemento do sistema. O Congresso é muito mais forte do que o presidente e isso é provado em vários momentos da história. Não há orçamento do Estado sem a aprovação das duas câmaras do Congresso. Depois de todas as nomeações externas e internas, diplomatas, que são centenas de pessoas, elas precisam passar pelo Senado e ele tem que aprovar cada pessoa. Arrisco dizer que apenas 20% de toda a administração pública dos Estados Unidos foi nomeada desde que Trump assumiu. Há muitos cargos ainda vazios. Como Trump acha que concentra o poder nele próprio, que é um homem que seca tudo à volta, que não precisa da administração pública porque é ele que toma as decisões e a América ganha sempre, desvirtua o sistema e nós acreditamos que os Estados Unidos estão muito diferentes. Mas é muito cedo para concluir isso. É evidente que ele é um perigo para o sistema norte-americano, mas as instituições, apesar de tudo, vão funcionando, a imprensa é livre, as pessoas não vão presas por falar mal do Trump, a economia, que já vinha muito bem desde os tempos do Obama, não desacelerou, há uma série de compromissos internacionais que não foram quebrados, apesar do pânico que se gerou. Não há predisposição para enviar tropas para aqui ou ali porque o presidente nesse dia resolveu pois as coisas não funcionam assim. Apesar de tudo, aquilo não é um sistema de partido único à chinesa. E é exatamente por isso que o sistema foi montado dessa maneira nos Estados Unidos. Para que quando aparecesse um Trump, o sistema ter mecanismos

de contenção. Evidente que não se pode conter a linguagem, não se pode conter o alcance da linguagem. E aí acho que a administração, os números dois, três, o Congresso, a economia e a sociedade são grupos de pressão para conter ou acompanhar eventualmente as decisões do presidente. Os Estados Unidos não é a China, onde há uma pirâmide e o presidente controla tudo até a base. Não se passa assim. O sistema é muito mais horizontal.

E é interessante o paralelismo do sistema político norte-americano com o brasileiro.

O sistema brasileiro é montado à imagem do norte-americano e o que nós vemos é que as instituições no Brasil não conseguem ter o sucesso das norte-americanas para conter prepotência e corrupção. Elas vão pelo cano. As instituições nos Estados Unidos, como o Supremo Tribunal e a própria imprensa como instituição, continuam a ter papel de salvaguarda da qualidade da democracia. Não foram arrastadas pela lama. O caso do jornalismo é muito interessante, pois o número de assinantes do New York Times e do Washington Post disparou no último ano, não só porque o Trump os vê como inimigos, mas porque as pessoas acham que há ali uma reserva de qualidade e de credibilidade que vale a pena apoiar. Essa imprensa, que é forte, combativa e que tem muita qualidade jornalística, é apoiada por parte da sociedade. Os organismos de voluntariado, que são uma importante rede nos Estados Unidos, também são outro pilar das instituições, para além do Congresso, do Supremo e da Casa Branca. No Brasil, foi tudo arrastado e isso me cheira um pouco a fim de regime. Não basta mudar as pessoas apenas porque as instituições já estão comprometidas. E isso foi uma cautela que não foi tomada. Quer dizer, as pessoas arrastaram as instituições com elas e isso é muito mais grave. O presidente Trump vai passar e a Casa Branca vai continuar, ela não vai ser afetada no sentido do seu prestígio. É possível separar o que é instituição, Casa Branca ou presidência, do seu titular. No Brasil não se vê isso. No Brasil vê-se que está tudo metido no mesmo saco. A apreciação que se tem aqui sobre o Brasil, e certamente Portugal é o país que mais acompanha a política brasileira na Europa toda, é que independentemente de quem for eleito presidente do país no próximo ano, é difícil salvar o sistema. Mesmo que seja uma pessoa completamente limpa, transparente, com enorme credibilidade, o sistema está tão minado, os partidos estão tão podres, o sistema de corrupção é tão sistêmico, que é difícil. Além disso, o sistema não está a dar as respostas necessárias. Está a ressuscitar pessoas com processos, até porque é difícil encontrar alguém que não tenha um processo judicial em curso. Acho que a última transferência de poder não foi a mais correta, pois o atual presidente também tinha um processo de impeachment em curso e, além disso, tinha uma série de problemas de credibilidade. A melhor maneira teria sido convocar eleições antecipadas e que o povo decidisse. O sistema se protege de tal maneira que, quando entra em um beco de podridão, não consegue sair dele, não tem válvulas. O sistema norte-americano funciona melhor porque as instituições são mais fortes e menos condicionadas pelos seus atores. É isso que me leva a acreditar mais que os Estados Unidos sobrevivam à Trump do que o Brasil sobreviverá ao Lula pela terceira vez ou ao Bolsonaro.